

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 12, N. 1, jan./jun. 2013



Clas. 75321 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.12 n.1
jan./jun. 2013 ex. 2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos


- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessam pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

R. 5321

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: www.aab.org.br

The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: www.aab.org.br

Editor responsável/General Editor

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Editor técnico/Technical Editor

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón, Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa
Prof. Dr^a Luciana Durantí, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)
Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins
Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ
Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)
Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

Conselho Consultivo/Consultant Committee

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília
Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)
Prof. Dr^a Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina
Prof. Dr^a Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr^a. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Dr^a. Maria Leandra Bizelo, UNESP
Prof. Dr^a. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do Governo do Estado da Bahia
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

PER

en. 2

FOCO E ESCOPO

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções:

Artigos - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

Depoimentos - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

Notas de Pesquisa - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

Dissertações e Teses - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

Resenhas - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

FOCUS AND SCOPE

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

The **Arquivo & Administração** journal has several different sections:

Articles – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

Testimonials – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

Research – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

Dissertations and theses – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

Book reviews – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes normas editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em *Foco e escopo*. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e

português (no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifique na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13).

Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA *et al.*, 1985);

f) Notas de rodapé

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

g) Tabelas, gráficos e figuras

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

h) Títulos mencionados no texto

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

i) Lista de referências

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

RULES FOR SUBMISSIONS

Overseas authors are invited to contribute to the journal.

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

- 1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).*
- 2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.*
- 3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).*
- 4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.*
- 5. No photographs will be published.*
- 6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.*

SUMÁRIO

- EDITORIAL 3 *Lucia Maria Velloso de Oliveira*
- ARTIGOS 5 *Facilitando a geração de arquivos na era do Facebook*
Christopher J. Prom
- 21 *Políticas arquivísticas institucionais*
Caroline Lopes Durce
Renato Tarciso Barbosa de Sousa
- 35 *Os arquivos científicos e a legislação espanhola da ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação*
Maria José Justo
- 43 *Ferramentas Web ao serviço do património documental dos Arquivos Distritais Portugueses*
Sofia Margarida de Castro Barros
Correia dos Santos

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

ARQUIVO NACIONAL
Reg. No 75324
23 / 03 / 2017
Biblioteca

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) . - Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.

Semestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo- Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD: 025.171

EDITORIAL

O primeiro número da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta aos seus leitores quatro artigos com temáticas relevantes na agenda arquivística: os arquivos e as redes sociais, as políticas institucionais de arquivos, o acesso à informação e ferramentas web. Iniciamos com a tradução de uma conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 18 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional. O texto original, em inglês, foi publicado no livro *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. O artigo, de autoria do doutor em História Christopher J. Prom, arquivista e professor associado de Administração de Bibliotecas da Universidade de Illinois (EUA), com o título *Facilitating the generation of archives in the Facebook Era*, foi traduzido pela doutora e arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Maria Celina Soares Mello e Silva.

O segundo artigo, *Políticas Arquivísticas Institucionais*, de autoria do doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, professor assistente do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, e de Caroline Lopes Durce, discorre sobre o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como pontua os requisitos necessários à sua implementação.

A questão do acesso à informação é apresentada no artigo *Os arquivos científicos e a Legislação espanhola da Ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação*, onde a autora, a doutora e diretora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) Maria José Justo, analisa a legislação espanhola considerando a natureza dos arquivos de ciência.

Concluimos esta edição com o artigo, *Ferramentas web ao serviço do património documental dos arquivos distritais portugueses*, de autoria da doutora Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos, arquivista e responsável pelo Serviço Educativo/Extensão Cultural do Arquivo Regional da Madeira (Portugal).

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

FERRAMENTAS WEB AO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS DISTRITAIS PORTUGUESES

Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos⁵¹

RESUMO

A comunicação em arquivos na Sociedade de Informação já não se limita apenas a criar instrumentos para o cliente externo aceder à informação custodiada nestes organismos. Se pretendem impor-se no mercado e captar um leque de público mais abrangente e heterógeno, que não apenas presencial, é fulcral a existência de sítios web que, para além de refletir a sua missão, deve indicar quais os bens, serviços e informações que dispõem de forma periódica e contínua. Assim sendo, é nosso propósito analisar neste artigo os dezoito websites dos arquivos distritais portugueses de forma a responder às seguintes questões: quais são os conteúdos disponibilizados (produtos)?; como são dispostos (design)?; para quem (público-alvo)? e que geração web que pertencem (web 1.0, 2.0, 3.0).

Palavras-chave: Arquivos distritais. Sítio Web. Web.20/distrital archives. Pageweb. Website. Web 2.0.

Web tools serving the documentary heritage of District Archives of Portugal

Abstract

Nowadays communicate in archives means not only to create instruments for the external client/user have access to the information but is also related with an website that reflects the operational and specific goals of these services for attract a larger number of real and cybe clients. So the best way for the professional of information imposes their services and goods in the market of Society of information are through a webpage. So in this article we propose to analyze the websites of eighteen portuguese district archives in order to answer the following questions: what contents are available (products)?; how they are distributed (design)?, to whom (audience)?; and with generation belong the web site belongs (web 1.0, 2.0, 3.0).

Keywords: Archives district. Website. Web.20/distrital archives. Pageweb. Website. Web 2.0.

⁵¹ Arquivista e membro integrado do Centro de Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de. E-mail:sofiacbsantos@gmail.com.

1 Introdução

Comunicar em arquivos significa disponibilizar informação a todos, desde que os princípios de acessibilidade “in loco” sejam respeitados. Este conceito, na prática, é restritivo, pois está desenquadrado da sociedade globalizada do século XXI. Sendo objetivo dos arquivos salvaguardar e preservar a memória documental, hoje devem também identificar e criar um conjunto de bens, serviços e informações que vão ao encontro das necessidades da comunidade pelo que devem sair do seu próprio meio (ambiente interno) e ir ao encontro da sociedade (micro-ambiente e macro ambiente) cativando os cidadãos em geral, para irem ao encontro da sua memória passada desenvolvendo novos conhecimentos, competências, valores e atitudes necessárias a um mundo mais justo e sustentável, onde todos têm direito à utilização de todo o seu potencial.

Comunicar em arquivos também implica criar estratégias de expansão, competição, promoção e valorização do vasto capital informacional de que são detentores, para chegar a um leque mais heterogéneo e alargado de utilizadores reais e potenciais recorrendo às novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC). Nos anos 90 do século XX a Internet revolucionou a comunicação facilitando a forma de acesso massivo à informação, sendo hoje a melhor ferramenta de trabalho por permitir aos cidadãos aceder às suas necessidades e demandas com celeridade. Nesta sequência, os serviços públicos portugueses foram considerados pela Comissão Europeia, no relatório «eGov Benchmark 2010», como o líder europeu, relativamente à prestação de serviços públicos *on-line*, entre os Estados-Membros da União Europeia (Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, 2010).

O nosso propósito, enquanto arquivista e cliente/utilizadora destes serviços, é apresentar uma análise reflexiva, e perspetiva construtiva, do sítio web dos dezoito arquivos distritais portugueses para aferir quais os conteúdos/produzidos disponibilizados ao público, complementando os dados fornecidos num inquérito em 2009 sobre o seu composto mix – produto, preço, praça e promoção – no âmbito da nossa tese de doutoramento. Tendo ainda por base o tema desta dissertação – o uso do marketing nos arquivos públicos – este estudo não pode ser dissociado de uma análise aos instrumentos de marketing existentes, isto é: sítio web próprio, imagem dinâmica, moderna, inovadora, informação atualizada e de acordo com a filosofia administrativa dos arquivos, por exemplo. Tentaremos ainda perceber ainda se a informação disponibilizada por estes websites pertence ainda ao agrupamento da web 1.0, web 2.0, em que por exemplo se incluem as redes sociais, e a web 3.0, nova geração das ferramentas web.

Apenas assim poderemos perceber até que ponto os arquivos distritais portugueses prestam o verdadeiro serviço público de formar cidadãos ativos.

2 Os Arquivos Distritais Portugueses através da sua página web

2.1 Enquadramento Legal

Uma observação ao mundo arquivístico português Web exige a contextualização dos arquivos na divisão administrativa do país. Portugal está dividido em 18 distritos, mais as duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Em cada capital de distrito está sediado um arquivo público que tem a função jurídica de incorporar, conservar e comunicar os arquivos, fundos ou núcleos da sua respetiva zona (ALVES *et al.* 1993). Dezas seis destes arquivos distritais: Lisboa, Porto, Aveiro, Beja, Bragança; Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e o de Viseu – são serviços dependentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), serviço central da administração direta do Estado – integrado na Secretaria de Estado da Cultura, que tem a função de «assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura» (Diário da República, 1.ª série - N.º 95, de 16 de maio de 2012).

O arquivo Distrital de Braga e de Coimbra são serviços, respetivamente, dependentes da Universidade do Minho (membro do Conselho Cultural da Universidade do Minho, pelo Despacho Normativo N.º 80/89, de 7 de Agosto) e da Universidade de Coimbra (Diário da República, 2.ª série - N.º 168, de 1 de Setembro de 2008).

Na sequência de estudos anteriores realizámos entre os meses de março e abril de 2013 a observação e pesquisa dos websites de cada um dos referidos arquivos (figura 1).

Identificação do Arquivo	Endereço Eletrónico
Arquivo Distrital de Lisboa	http://adlsb.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital do Porto	http://www.adporto.pt/
Arquivo Distrital de Aveiro	http://adavr.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Beja	http://adbja.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Bragança	http://adbgc.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Castelo Branco	http://adctb.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Évora	http://adevr.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Faro	http://adfaro.algarvedigital.pt
Arquivo Distrital de Guarda	http://www.adguarda.pt/
Arquivo Distrital de Leiria	http://adlra.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Portalegre	http://adptg.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Santarém	http://adstr.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Setúbal	http://adstb.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Viana do Castelo	http://advct.dgarq.gov.pt/
Arquivo Distrital de Vila Real	http://www.advrl.org.pt/
Arquivo Distrital de Viseu	http://www.ad-viscu.com/
Arquivo Distrital de Braga	http://www.adb.uminho.pt/
Arquivo Distrital de Coimbra	http://www.uc.pt/auc/

Figura 1: Endereços eletrónicos dos sítios web dos 18 arquivos distritais portugueses.

2.2 Arquitetura das páginas dos sítios web dos arquivos

Em terminologia mercantilista o produto resulta da combinação de bens e de serviços que a empresa oferece ao mercado para satisfazer desejos ou necessidades (KOTLER; ARMSTRONG, 2007). Conhecendo no meio arquivístico correntes que defendem não poder o arquivo ser observado com olhos empresariais acreditamos, no entanto, existir uma relação de proximidade destes dois mundos representando o sítio web um produto informativo e comercial, desde o momento da sua planificação até à sua implementação e/ou disponibilização, equacionando a missão, visão e valores da instituição; o desenho gráfico que se «expresa através de un lenguaje icónico verbal esencialmente visual.» (DÍAZ MEYER, 2008), enquadramento do texto, imagens, fundo, tamanho da letra e espaçamento das linhas, garantido o seu mercado virtual, fidelizando utilizadores e acrescentando-os com a consciência que «podem diferir em seus desejos, recursos, localizações e atitudes e práticas de compra.» (KOTLER; ARMSTRONG, 2007) para garantir a sobrevivência e posicionamento do seu negócio no mercado.

Na prática, quando se observa o *template* dos arquivos de Lisboa, Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo verificamos que, além de possuírem uma imagem homogênea e enquadrada, a linha gráfica é comum entre eles. A página inicial (*homepage*) divide-se em três painéis na horizontal e um na vertical: contém no topo um *banner* com a imagem exterior do edifício, nome da instituição, logótipo e a sua dependência orgânica, seguido de separadores; no centro têm uma secção informativa que se modifica na exploração do website; na parte inferior o painel divide-se entre o menu 'serviços' e 'outro tipo de conteúdos', podendo conter documento em destaque, e um rodapé com a designação do arquivo, mapa do sítio, comentários e sugestões e contatos; no lado direito um painel apresenta informações diversas entre os dez websites, como a caixa de pesquisa, uma opção de subscrição para RSS das notícias, informações úteis e formulários.

À medida que navegamos pelas diversas páginas web, a arquitetura dos sítios mantém-se igual, alterando-se apenas o conteúdo da secção central e lateral.

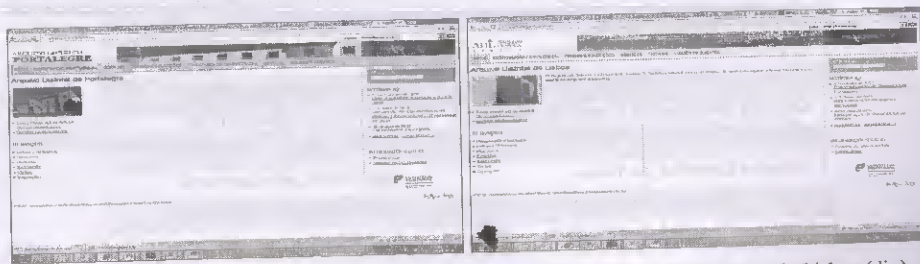


Figura 2: Páginas de abertura dos websites dos Arquivos Distritais de Portalegre (esq.) e de Lisboa (dir.)

A razão do *layout* ser igual entre os sítios observados poderá estar relacionada com uma diretiva imposta centralmente pela DGLAB o que, aliás, acontece com outras instituições públicas portuguesas (como é o caso das câmaras municipais) e com a redução de custos na produção e manutenção dos *websites* da administração pública (projeto de lei n.º 389/XI e n.º 421/ XI (PCP)) que estabelece a utilização de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado (Utilização de formatos eletrónicos livres para a administração pública, 2010). Esta opção poderá também estar relacionada com o facto dos profissionais de informação ainda acreditarem que os cibernautas, também designados ciber-clientes, serem olhados como entidade homogênea, com as mesmas exigências, necessidades, desejos, valores ou comportamento de compra, gostos e necessidades semelhantes (KOTLER, Philip; KELLER, Kevin, 2006), não os distinguindo, como acontece com os leitores presenciais.

Os sítios web de Viseu, Guarda, Faro e Vila Real apresentam cores e disposições de conteúdos diferenciados das suas congêneres. Enquanto nos websites dos arquivos de Faro e Viseu se destaca o enquadramento dos conteúdos numa caixa, que se modifica à medida que clicamos nos menus, no caso do sítio do arquivo da Guarda destacamos o banner com uma imagem em flash do edifício. Vila Real abre o website com uma apresentação mais simplista com apresentação de imagens estáticas e uma lista de menus com hiperligações aos conteúdos do website. Imagem bem diferente é fornecida pelo arquivo distrital do Porto, cujo design revela maior cuidado estético e apelativo, funcionando como referência que o distingue dos demais sítios. A sua estrutura arquitetónica também dividida em painéis, um lateral, que indica os serviços e funções do arquivo, e outro ao centro, cuja informação se modifica quando se observa os diferentes menus apresentados, e outras duas secções horizontais correspondentes ao contato, mapa do sítio, notícias relevantes sobre o arquivo e questões de arquivística. Sobre o website do arquivo de Braga e de Coimbra consideramos que a sua estrutura reflete a filosofia administrativa das respetivas universidades e, como se vê nas figuras abaixo, não possuem imagem autónoma, o que é desadequado à pretensão de trabalhar e conquistar um grupo de consumidores mais abrangente, que não apenas o público universitário.

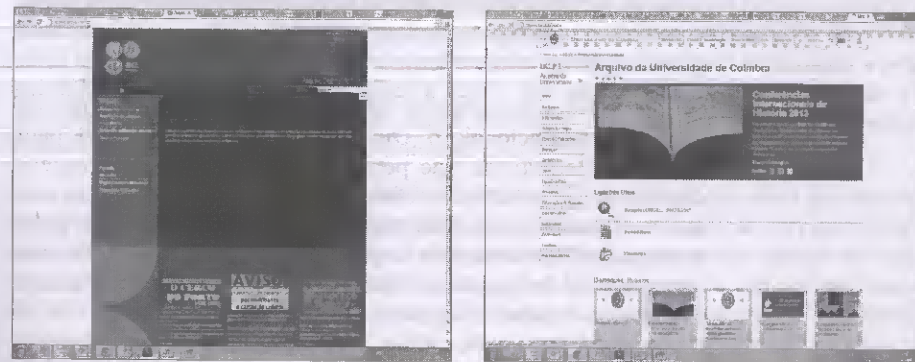


Figura 3: Homepages dos sítios web dos Arquivos Distritais do Porto (esq.) e de Coimbra (dir.)

2.3 Arquitetura da Informação: o que oferecem ao utilizador?

O que contém cada página web? Que informações disponibiliza? Como as disponibiliza? Procurámos responder a estas questões pela exploração de cada página web dos arquivos distritais já enumerados. Para o efeito dividimos em nove partes os principais bens, serviços e informações disponibilizados pelos dezoito websites em estudo.

2.3.1 Conteúdos

Nesta análise agrupámos os conteúdos disponíveis da seguinte forma:

- os que estão relacionados com informações genéricas: horário de atendimento ao público, contactos (telefone, telefaxe e endereço eletrónico), formas de chegar aos arquivos (mapas, direções e transportes públicos), notícias, informações úteis, FAQ (*Frequently asked questions*) perguntas frequentes), formulários *on-line* (certidões de registo civil ou paroquial, notarial e judicial), notícias em arquivo, motor de pesquisa e mapa do sítio;
- os que apresentam a instituição: natureza jurídica, história, missão, visão e valores, orgânica e equipa de trabalho;
- os que apresentam os serviços: preservação e restauro, leitura e referência (regulamento da sala de leitura e regulamento de manuseamento de documentos disponibilizado em formato pdf, word e audiovisual - vídeos), pesquisas, certidões, reprografia e digitalizações (com preçários e discriminação dos serviços), visitas de estudo, aquisições/incorporações e consultadoria (acompanhada de legislação disponível em formato pdf);
- os que descrevem a matéria-prima dos arquivos e o trabalho resultante da arquivística: fundos e coleções documentais, bem como os instrumentos de descrição documental ao nível do guia, inventário, catálogo e índice (disponível em texto corrido, formato pdf ou word e vídeo);
- os que permitem acesso a um outro subdomínio a partir do endereço institucional: o Digitarq - Solução Integrada para Arquivos Definitivos, que permite ao leitor aceder a imagens digitalizadas e descrições efetuadas de acordo com as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística e ISAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias) e com as ODA (Orientações para a Descrição Arquivística). No caso de Aveiro, esta base é independente do seu website institucional; Coimbra

utiliza o módulo OAI-PMH do Archeevo, afirmando ser «100% compatível com o Portal Português de Arquivos» e Braga apenas refere que aderiu a este projeto;

- os que apresentam as atividades pedagógicas e culturais: visitas de estudo, mostras e exposições documentais com visitas virtuais;
- as ações relacionadas com a promoção e comunicação da instituição: logotipos dos arquivos, notícias, *newsletters*, *RSS* de notícias, edições, planos de atividades e transparência administrativa e inquéritos de satisfação do leitor;
- arrendamento de espaços para conferências, reuniões e exposições;
- disponibilidade de informação do sítio em português e inglês, no caso do arquivo distrital do Porto, e nas bases de dados Digitarq.

À medida que navegamos no website de cada um destes arquivos detetamos redundâncias na informação disponibilizada, nomeadamente no que concerne ao separador *serviços*, havendo casos de repetições por três vezes na página de abertura. Mais grave, quanto a nós, é constatar a existência de menus vazios em *serviços*, *preservação e restauro* e *mensagem da direção*; os separadores com a mesma designação só fornecem informação no painel lateral, deixando a caixa central vazia ou com informação não atualizada há cerca de dois/três anos e/ou contendo informações desatualizadas, como o plano de transparência pública (2011/2012). O Arquivo distrital de Aveiro tem inativos: o acesso à legislação relativos à história da instituição. Isto, dificulta a pesquisa e torna o sítio confuso e pouco amigável para o utilizador. Por outro lado, se pensarmos que é a partir da Internet que muitos utilizadores entram pela primeira vez em contacto com as funções e acervo dos Arquivos, esta situação acaba por transmitir aos consumidores-alvos uma imagem errada sobre a eficácia e eficiência dos seus serviços. Mais uma vez cremos que esta situação pode ocorrer porque muitos destes profissionais continuam a acreditar que sendo este um serviço público e gratuito prestado à comunidade o sítio web vale por si só; e/ou acreditamos que situações como estas poderão ocorrer pelo reduzido número de colaboradores por instituição e pela prioridade dada pelas suas direções a outro tipo de tarefas, como a descrição da documentação, o que revela um maior empenho no tratamento do documento, entendido como objetivo único e primordial, em detrimento de outros serviços.

Da análise dos sítios constatámos ainda que os arquivos que mais apostam na atualização dos conteúdos e fornecem uma gama mais diversificada de serviços no seu sítio é o Arquivo Distrital do Porto. Tanto quanto à linguagem como quanto ao texto apelativo e cuidado este arquivo constitui exceção, mostrando querer chegar a um leque de utilizadores mais abrangente que não apenas aos investigadores e estudantes universitários. Os restantes usam, a título de curiosidade, a terceira pessoa do plural, isto é, uma linguagem mais formal e oficial.

Outra diferença de tratamento desta ferramenta é o cuidado de informar os cibernautas sobre o porquê da falta de informação no menu *pacotes educativos*, acabando o aviso por funcionar como um chamariz publicitário para que o público-alvo, e não só, esteja atento a possíveis novidades.

Por último, destacamos uma página dentro deste website que através de um registo e consequente autenticação permite ao leitor aceder à informação na base de dados Digitarq do Porto e o acesso condicionado pelos leitores ao menu *apoio a entidades-tribunais*, no caso de Aveiro.

2.4 Acessibilidade e Usabilidade Web

Por acessibilidade web entendemos «la capacidade de acceso a los contenidos por parte de los usuarios, independientemente de la discapacidad que puedan presentar» (CARRERAS MONFORT, 2008). A usabilidade nas TIC refere-se «a la capacidad de un software de ser comprendido, aprendido, usado y ser atractivo para el usuario, en condiciones específicas de uso» (ISO/IEC 9126).

No caso português estas regras são regulamentadas pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 97/99, N.º 110/2003; N.º 135/2002, N.º 110/2003 e N.º 155/2007 e pelo disposto no website Unidade de acesso: acessibilidade eletrónica para cidadãos com necessidades especiais (<http://www.acessibilidade.gov.pt/>). A nível internacional a administração pública segue as diretrizes internacionais designadas de Web Accessibility Initiative (W3C).

Voltando ao nosso objeto de estudo, verificamos haver um longo caminho a percorrer pelos arquivos portugueses numa aproximação real e abrangente à sociedade, pois só os arquivos distritais do Porto, Vila Real, Braga e Coimbra apresentam na página inicial o ícone das diretivas da W3C.



Figura 4: Símbolo da W3C que aparece na página de abertura dos websites.

Também como está descrito na página inicial do arquivo do Minho, a afixação deste símbolo só por si não representa que todos os preceitos de acessibilidade são seguidos, pois, como acrescentam «A utilização deste símbolo é um acto voluntário que demonstra, unicamente, um esforço em aumentar a acessibilidade de um sítio»

2.5 Geração Web: web 1.0, 2.0 ou 3.0?

2.5.1 Conceito

Berners-Lee, citado por Ana Amélia M. Carvalho, afirmam nos anos 90 do século XX que a Web «foi desenvolvida para ser um repositório do conhecimento humano, que permitiria que colaboradores em locais distintos partilhassem as suas ideias e todos os aspectos de um projecto comum» (CARVALHO, et al, 2008). Estamos perante o primeiro momento de utilização das ferramentas *world wide web* a Web 1.0 - caracterizando-se a Internet por ser apenas um repositório de conhecimento de informação, que funciona essencialmente com páginas estáticas, como se se tratassem de um livro ou de um jornal.

A Web 2.0, termo proposto pela empresa norte-americana O'Reilly Media em 2004, usa-se para descrever uma nova fase da rede global, em que o utilizador, também ele produtor, participa no processo de partilha de informação com a mesma rapidez e facilidade com que a recebe. Estamos perante uma nova realidade virtual em que

Os conteúdos ganharam uma dinâmica ímpar: explodiram serviços de relacionamentos sociais e página de vídeo, a internet cresceu como horizonte de oportunidades, a rede tornou-se de partilha dinâmica, aberta às interações entre utilizadores: comentários no Facebook, tweets, likes ... nasceu um mundo novo, a funcionar paralelamente ao real, mas onde as empresas e serviços passaram a atuar (PAGO, 2013).

Baseados na edição de Ivan Chew, podem identificar-se outras das ferramentas da Web 2.0: blogues, Flickr; Youtube, Wikis, RSS, Podcast; chats, creative commons, google drive, entre outros exemplos (CHEW, 2008).

A partir da leitura de outros artigos, resumimos as vantagens que o seu uso poderá trazer para os arquivos: interação com os arquivistas/ utilizadores; melhoria da qualidade dos serviços prestados (estudo do perfil do leitor e impacto no mercado); partilha de informação a nível interno (colaboradores) e externo (instituições congêneres e mercado); e captação e fidelização de novos clientes.

Nos dias de hoje fala-se já numa nova geração virtual: a Web 3.0, não havendo ainda consenso nesta designação, pois como nos diz O'Reilly «There won't be a Web 3.0 until everybody says, 'OK, the web died again,' and we rediscover it.» (O'REILLY, 2012). Todavia, esta nova etapa estará relacionada com a aplicação de «smarter computers and the digital and physical worlds merge in very real, practical ways.» (HOPKINS, 2012).

2.5.2 A realidade dos arquivos distritais

Uma questão se coloca quanto ao nosso objeto de estudo, em qual das gerações se enquadram os arquivos distritais portugueses? Numa resposta imediata resultante da análise feita podemos desde logo afirmar que nenhum dos dezoito arquivos está na terceira versão do mundo virtual. Farão parte da primeira geração todas os websites dos arquivos distritais portugueses na medida que os conteúdos estão dispostos de forma estática, apesar da existência de hiperligações e de desdobramento/complemento da informação em pdf e word.

Sobre o uso dos instrumentos das Web 2.0 dividimos a realidade dos arquivos distritais portugueses da seguinte forma: os que partilham conteúdos diretamente com as redes sociais mais populares: *Facebook* e *Twitter* do Arquivo de Coimbra; os que distinguem as páginas das redes sociais do website institucional: *Facebook* dos arquivos de Aveiro, Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e o de Viseu. O arquivo do Porto além de utilizar esta rede faz também uso do *Twitter* e do *LinkedIn*. Braga, além de também possuir o *Facebook*, utiliza o *Twitter* e o *Pinterest*; fora desta realidade estão os arquivos distritais de Lisboa, Portalegre e Castelo Branco; técnicas de informática: *Feed RSS* das notícias está referenciado em todos os websites com o ícone da figura 5; e os que comportam vídeos: *videos de ajuda* com a função de orientar o utilizador nos serviços e funções do arquivo do Porto (<http://pesquisa.adporto.pt/help>). Coimbra faculta um conjunto de vídeos sobre a sua documentação (<http://www.uc.pt/auc/visita/videos>).



Figura 5: Símbolo de uso da *Feed RSS*.

Face ao exposto, podemos afirmar que os arquivos distritais portugueses, parecem apostar mais na atualização e comunicação de novos conteúdos no *Facebook* do que no seu sítio web institucional. Todavia, e parafraseando Kate Theimer, ainda estão presos às imagens e textos estáticos, necessitando fazer um maior esforço para o uso pleno das ferramentas Web 2.0.

3 Conclusão

Do exposto concluímos que a era do conhecimento e da informação promoveu o volume e o acesso à informação, especialmente com a consolidação da Internet. Esta nova realidade não passou ao lado dos dezoito arquivos distritais portugueses pois todos possuem um sítio web, mas a forma como cada um mostra encarar esta ferramenta contradiz os preceitos de marketing pois deviam trabalhar para uma imagem de marca numa sociedade que se pretende global e adaptada ao século XXI. Assim torna-se urgente que estes arquivos façam melhor uso do seu website institucional como difusor de conhecimento e informação apostando: na introdução periódica e contínua de conteúdos; num *design* gráfico autónomo, refletindo as funções e acervo de cada instituição; no acesso das ferramentas web por todos os leitores - presenciais, cibernéticos, e cidadãos com necessidades especiais; nas potencialidades que as ferramentas web proporcionam na interação - Instituição e Sociedade, como forma de responder com celeridade e qualidade às necessidades e demandas dos utilizadores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivone *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p.8.
- CARRERAS MONFORT, César. Comunicación y educación no formal en los centros patrimoniales ante el reto del mundo digital. In: SANTOS, M. Mateos Rusillo (Coord.). **La comunicación global del patrimonio cultural**. Gijón: Ediciones Trea S. L., 2008. p. 297.
- CARVALHO, Ana Amélia A. (Coord). **Manual das ferramentas web 2.0 para professores**. [Portugal]: Ministério da Educação. Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento escolar; 2008.
- CHEW, Ivan. **Web 2.0 and Library Services for Young Adults: An Introduction for librarians**. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/web-20-and-library-services-for-young-adults>>. Acesso em: 24 mar. 2013.
- DÍAZ MEYER, Gabriel. Aspectos de la comunicación visual y gráfica en la comunicación del patrimonio cultural. In: SANTOS M. Mateos Rusillo (Coord.). **La comunicación global del patrimonio cultural**. Gijón: Ediciones Trea S. L., 2008. p. 178.
- HOPPKINS, Hohns. **What Is Web 3.0, Really, and What Does It Mean for Education?** Disponível em: <<http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-and-what-does-it-mean-education>>. Acesso em: 14 de abr. 2013.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios do marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 164, 200.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. p. 237.

NEWS RANKINGS AND REPORTS. Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico. Newsletter 14/17 de Março de 2011. Disponível em: <http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14_IISerie_170320111_en.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 3.0, Really, and What Does It Mean for Education?** Disponível em: <<http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-aHYPERLINK> "http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-and-what-does-it-mean-education"nd-what-does-it-mean-education">. Acesso em: 14 de abr. de 2013.

PAGO, Ana. Empregos em rede. **Diário de Notícias**. Notícias Magazine. N. 296/125, p. 35. 24 mar. 2013.

SANTOS, Sofia. **Marketing nos sistemas arquivísticos públicos. Planificação e comunicação nos serviços de extensão cultural. Sua aplicabilidade no sistema arquivístico português: o serviço cultural educativo do Arquivo Regional da Madeira**. Tese (Doutorado)-Universidade de Alcalá, dez. 2012.

THEIMER, Kate. **Web 2.0 Tools and Strategies for Archives and Local History Collections**. New York, London: Neal-Schuman Publishers, 2004. p. IX.

USABILIDAD web. Universidad Carlos III. Madrid. Disponível em: <<http://usabilidad-web.webs.com/definicion.html>>. Acesso em: 28 mar. 2013.